



Reforma política vai a votação em 1º turno na quarta

Proposta extingue coligação em eleição proporcional, cria cláusula de barreira para os partidos e prevê perda de mandato a quem se desligar da legenda pela qual foi eleito

O Plenário começa nesta semana a votação da reforma política, que está reunida em duas propostas de emenda à Constituição. O texto põe fim às coligações em eleição para vereador e deputado e determina que os partidos deverão obter um percentual mínimo de

votos para ter acesso ao Fundo Partidário e a tempo de rádio e TV. Outra mudança, inserida pelos senadores em um substitutivo, proíbe a reeleição para presidente da República, governador e prefeito.

A votação em segundo turno está prevista para o dia 23. **3**



Renan (C) afirmou que a proposta de reforma política será o único item da pauta da sessão deliberativa de quarta-feira

ARQUIVO **S**

Analfabetos só ganharam em 1985 o direito de ir às urnas

Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram que em 1964 os presidentes João Goulart e Castello Branco tentaram liberar o voto dos analfa-

betos, mas não tiveram sucesso. A permissão só foi dada em 1985, após o fim da ditadura. Os analfabetos, no entanto, ainda não podem se candidatar. **4**



Analfabeta mostra polegar marcado com tinta após votar em 1986

Orlando Brito

Comissão que vai analisar obras inacabadas será instalada amanhã **2**

Lei que isenta de tributos a Academia Brasileira de Letras é sancionada **3**

Encontro sobre primeira infância abre inscrição

“A primeira infância e os desafios do milênio” é o tema de seminário que será realizado durante a 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância, de 22 a 24 de novembro. O evento é organizado por comissão do Senado. As inscrições para quem quiser participar já estão abertas e podem ser feitas pela internet.

A programação inclui debates sobre novas constituições familiares, tecnologia no cotidiano infantil, importância da educação na transmissão de costumes e ideias e efeitos da separação dos pais. Um dos palestrantes é o psicanalista francês Alain Ducouso-Lacaze, professor na Universidade de Poitiers. **3**



Segundo Rafael Silva, os estudos atendem demanda do Senado e da Câmara

PEC do Teto de Gastos é tema de dois novos boletins da consultoria

A PEC do Teto de Gastos é o foco dos dois últimos boletins lançados pela Consultoria Legislativa. O primeiro analisa a relação da proposta de limitar os gastos públicos com a reforma da Previdência.

O segundo boletim procura mostrar a inconstitucionalidade da PEC elaborada pelo governo federal.

Os boletins destinam-se a estudos sobre propostas em tramitação no Congresso. **2**



Experiências e políticas para a primeira infância motivam eventos promovidos por comissão do Senado há 10 anos

Helisa Boltovitz/PMSF

Jefferson Rudy/Agência Senado — 1º/11/2016

Jefferson Rudy/Agência Senado

Jefferson Rudy/Agência Senado



Rafael Silva explica que os boletins estudam proposições em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados

Boletins da consultoria analisam a PEC do Teto

Temas são a relação com a reforma da Previdência e a constitucionalidade da proposta do governo



OS IMPACTOS DO novo regime fiscal, previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55/2016) do Teto de Gastos, são tema das novas edições do *Boletim Legislativo*, publicado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado. Consultores da Casa apresen-

tam diferentes perspectivas e opiniões acerca da proposta que congela a despesa total do governo federal em termos reais pelos próximos 20 anos.

No primeiro boletim da série, assinado pelo economista Pedro Fernando Nery, são abordadas questões como aumento do endividamento público, crescimento da despesa previdenciária e vantagens de uma possível reforma da Previdência.

Já o segundo boletim, de autoria do consultor de direito constitucional Ronaldo Vieira Junior, procura mostrar a inconstitucionalidade da PEC.

O consultor Rafael Silveira e Silva, responsável pela coordenação técnica do boletim, explica que a produção tem caráter colaborativo. A cada edição, um consultor da Casa analisa uma matéria em tramitação no Congresso Nacional ou em discussão nos tribunais.

De acordo com ele, o boletim não possui periodicidade, pois acompanha a demanda do Senado e da Câmara dos Deputados.

— Eventualmente, podemos gerar mais de um boletim por mês. Também pode ser que, em alguns meses, não seja produzido nenhum. A periodicidade nasce da demanda. No entanto, temos incentivado os colegas a produzirem mais

textos para dinamizar os boletins. Nossa ideia é aumentar a frequência dos estudos.

Em muitos casos, segundo Rafael, os artigos são feitos em parceria com profissionais da área acadêmica.

— A edição de setembro do boletim, por exemplo, analisou a eficiência das prisões a partir das decisões de segunda instância e foi feita por um colega da Consultoria Legislativa com a contribuição de outros dois acadêmicos. Existe essa possibilidade de cooperação — afirmou o consultor.

Linguagem

Segundo Rafael Silveira e Silva, o público-alvo do material é formado por senadores, jornalistas, pesquisadores, estudantes e outras pessoas interessadas em assuntos da área jurídica.

— Procuramos filtrar a linguagem para que ela não seja tão acadêmica, a ponto de restringir o público, mas a nossa intenção também não é trazer um didatismo exacerbado. Não temos a pretensão de ensinar as questões, mas informar as pessoas que estão acompanhando aquilo. Nossa preocupação é colocar o conteúdo numa linguagem mais ampla possível.

Criado em 2011, o boletim está na edição de número 53.

Obras federais inacabadas são alvo de nova comissão do Senado

Fazer um levantamento das obras federais paralisadas, identificar causas e responsáveis e propor leis para evitar novas ocorrências são objetivos de uma comissão que será instalada amanhã no Senado. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado, que funcionará durante um ano.

O pedido de criação da comissão especial de obras

inacabadas foi de Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Nas contas do senador, há 20 mil obras inacabadas no país. O dinheiro do contribuinte está sendo jogado no ralo, diz ele:

— A causa maior do problema é a falta de profissionalismo dos gestores públicos, que se apegam a projetos malfeitos, se perdem em burocracia e entraves ambientais e são incapazes de planejar.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
<p>COMUNICAÇÃO Educação midiática 9h Conselho de Comunicação Social faz seminário sobre educação midiática.</p> <p>CDH Ambulâncias 10h Audiência pública sobre a importância da ambulância para o atendimento médico. Às 15h, audiência sobre propostas de limitação aos gastos públicos, com foco nos efeitos para a classe trabalhadora.</p> <p>PLENÁRIO Pronunciamentos 14h Sessão não deliberativa.</p> <p>DESBUROCRATIZAÇÃO Execução fiscal 14h30 Comissão da Desburocratização ouve especialistas em execução fiscal.</p> <p>CCT Fundos científicos e tecnológicos 8h45 Audiência pública sobre aplicação dos recursos dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico.</p> <p>CDH Matopiba 9h Audiência interativa debate o Plano de Desenvolvimento Agropecuario de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).</p> <p>CMA Tarifa social de água e esgoto 9h30 Em pauta, o PLS 505/2013, que cria a tarifa social de água e esgoto.</p> <p>CAE/CCI PEC do Teto de Gastos 10h Audiência conjunta para debater a PEC 55/2016, que limita gastos públicos.</p> <p>OBRA INACABADAS Instalação 11h Instalação e eleição de presidente da Comissão Especial das Obras Inacabadas.</p> <p>TRANSPARÊNCIA Participação social 11h Debate sobre os instrumentos de participação social em órgãos federais.</p> <p>CE Políticas contra drogas 11h45 Em votação, o PLC 37/2013, sobre o financiamento de políticas contra drogas.</p> <p>MP 746/2016 Ensino médio 14h30 Audiência sobre a medida provisória que trata da reforma do ensino médio.</p>	<p>CMMC Efeito estufa 14h30 Debate sobre a contribuição dos biocombustíveis no cumprimento das metas de redução de gases de efeito estufa.</p> <p>CRE Sabatina de embaixadores 14h30 Sabatina de indicados a embaixadas.</p> <p>CMO Crédito suplementar 14h30 Análise de projetos de crédito suplementar para órgãos do Executivo.</p> <p>MP 741/2016 Novas regras para o Fies 15h Análise de relatório da medida provisória que alterou as regras do Fies.</p> <p>CAS Formação profissional 9h Em pauta, projeto que incentiva empresas a financiar formação de empregados.</p> <p>CDR Mobilidade urbana 9h Comissão vota projeto que amplia o prazo para planos de mobilidade urbana.</p> <p>CCI PEC do Teto de Gastos 10h Reunião para apreciar a PEC 55/2016, que cria um teto para os gastos públicos.</p> <p>VIOLENCIA CONTRA A MULHER Debate 10h Audiência para apresentação do Programa Ronda Maria da Penha.</p> <p>CE Indicadores do ensino médio 11h Debate sobre os indicadores do ensino médio no Plano Nacional de Educação.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Mérito jornalístico 11h Entrega do Prêmio Roberto Marinho de Mérito Jornalístico para Caco Barcellos, Eliane Cantanhêde e Ricardo Boechat.</p> <p>MP 746/2016 Ensino médio 14h30 Audiência sobre a medida provisória que trata da reforma do ensino médio.</p> <p>CRE Dados sobre imigração 10h Divulgação de dados oficiais sobre imigração e sabatina de embaixador.</p> <p>CDR Aviação regional 9h Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, em Cuiabá.</p>		

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Silvío Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário deve votar na quarta-feira, em primeiro turno, proposta que proíbe coligação em eleição proporcional e cria cláusula de barreira para o funcionamento dos partidos

Reforma política é destaque na pauta da semana

O PLENÁRIO DO Senado deve votar a reforma política, em primeiro turno, na quarta-feira. A data foi acertada pelas lideranças dos partidos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que esse deverá ser o único item da pauta do Plenário no dia.

A reforma está reunida em duas propostas de emenda à Constituição (a PEC 36/2016 e a PEC 113-A/2015, anexada à primeira). A PEC 36/2016, dos senadores do PSDB Ricardo Ferraço (ES) e Aécio Neves (MG), dá fim às coligações nas eleições proporcionais (vereadores e deputados) e cria uma cláusula de barreira para a atuação dos partidos políticos.

Pelo substitutivo do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), as coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado serão extintas a partir de 2022. Atualmente, os partidos podem fazer coligações, de modo que as votações das legendas coligadas são somadas e consideradas como um grupo único no momento de calcular a distribuição de cadeiras no Legislativo.

Quanto à cláusula de barreira, a PEC 36/2016 cria a categoria dos partidos com “funcionamento parlamentar”, contemplados com acesso a Fundo Partidário e tempo de rádio e televisão, estrutura funcional própria no Congresso e direito de propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) ações de controle de constitucionalidade.

De acordo com o texto a ser votado, nas eleições de 2018, as restrições previstas na cláusula de barreira serão aplicadas aos partidos que não obti-



Vanessa apresentou em Plenário três emendas à PEC 36, que na CCJ ganhou substitutivo de Aloysio

verem, no pleito para a Câmara dos Deputados, no mínimo 2% de todos os votos válidos, distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma. Nas eleições de 2022, o percentual se elevará para 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma.

Fidelidade partidária

A proposta também trata da fidelidade partidária ao prever a perda de mandato dos políticos eleitos que se desliguem dos partidos pelos quais disputaram os pleitos. A medida se estende ainda aos vices e suplentes dos titulares eleitos que decidam trocar de partido.

O texto já recebeu, em Plenário,

três emendas de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A primeira delas deruba a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais. A senadora entende que a manutenção dessas coligações “é fundamental para assegurar a autonomia e a liberdade dos partidos políticos e a pluralidade partidária no Brasil”.

A segunda emenda flexibiliza as exigências da proposta para o funcionamento parlamentar.

A última emenda da senadora torna mais claro o dispositivo que permite aos partidos políticos se unirem em federações. Ela lembrou que a alternativa surgiu para viabilizar a existência de partidos ideológicos, em uma conjuntura em que fosse proibida a coligação. Já a PEC 36/2016 ampliou essa perspectiva ao prever a possibilidade de os partidos também terem

funcionamento parlamentar quando se unissem em federações. A lacuna que Vanessa pretende preencher é deixar expresso na proposta que a federação funciona como uma única agremiação partidária para os fins de cálculo da representação proporcional.

Substitutivo

A PEC 113-A/2015, que tramita em conjunto com a PEC 36/2016, teve substitutivo elaborado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) na CCJ.

Um dos principais destaques da proposta também foi a inclusão de uma cláusula de barreira para a atuação dos partidos, medida que repercute no acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda e impõe maior rigor para a criação de novas legendas.

Durante a discussão da proposta na CCJ, Vanessa conseguiu emplacar uma emenda, afetando, justamente, o conceito de cláusula de barreira. Assim, ficou estabelecido que, para ter direito à representação parlamentar, o partido político deverá obter, no mínimo, o seguinte resultado na eleição para a Câmara dos Deputados em 2018: 1,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 0,8% do total de cada um deles. O teor dessa emenda é idêntico ao de uma das três emendas de Plenário apresentadas à PEC 36/2016.

Outra medida relevante inserida no substitutivo à PEC 113-A/2015 é proibição de reeleição para presidente da República, governador e prefeito.

O segundo turno de votação da reforma política está marcado para o dia 23.

Abertas inscrições para seminário do Senado sobre primeira infância

Estão abertas as inscrições para o seminário que o Senado promoverá, de 22 a 24 de novembro, durante a 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância. O encontro, aberto ao

público, reunirá especialistas e estudiosos para discutir “A primeira infância e os desafios do milênio”. Interessados em participar podem se inscrever pela internet (*veja abaixo*).

A programação inclui debates sobre novas constituições familiares, presença da tecnologia no cotidiano infantil, importância da educação na transmissão de costumes e ideias entre gerações e efeitos da separação dos pais.

Entre os palestrantes estarão o psicanalista francês Alain Ducouso-Lacaze, professor de psicopatologia clínica na Universidade de Poitiers; o médico Antônio Márcio Lisboa, membro da Sociedade Brasileira de Pediatria e professor titular de pediatria da Universidade de Brasília (UnB); Dafne Herrero, doutoranda em ciências da saúde pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e com atuação nas

áreas de fisioterapia neonatal e pediátrica, desenvolvimento infantil e inclusão escolar; e a psicóloga Drina Candilis, ex-professora das Universidades de Amiens e de Denis-Diderot (Paris VII), na França.

O debate é organizado pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, que completará dez anos de ações. A série de palestras tem como público-alvo representantes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, além de pedagogos, educadores, profissionais da saúde e pessoas interessadas no tema.

Veja programação e inscrição: <http://bit.ly/PrimeiraInfanciaPaz>



Crianças são foco do evento, que analisa cuidados no desenvolvimento infantil

RÁPIDAS

AUDIÊNCIA HOJE DISCUTE SOCORRO POR AMBULÂNCIA

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz audiência pública interativa hoje, às 10h, com o tema “Ambulância: vida ou morte?”. O objetivo é debater a atual situação do atendimento feito por ambulâncias no país e seus reflexos na área da saúde. Entre os convidados, representantes do Ministério da Saúde, de associações de profissionais da área, da Anvisa e do Conselho Nacional de Saúde.

ESPECIALISTAS EM EXECUÇÃO FISCAL FALAM EM COMISSÃO

Como parte do processo de discussão para elaborar o anteprojeto do Estatuto da Desburocratização, a comissão de juristas instituída pelo Senado reúne-se hoje à tarde para ouvir as contribuições de dois especialistas em execução fiscal: Anelize Lenzi, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e Eduardo Costa, presidente da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro).

ENCONTRO DEBATE USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

O Conselho de Comunicação Social do Congresso promove hoje, às 9h, o Seminário sobre Educação Midiática e Informacional no Brasil – um olhar a partir da perspectiva da Unesco. O evento vai debater o uso, na educação, de recursos de comunicação e tecnologia. À tarde, o conselho analisa seis relatórios, feitos por comissões do Congresso, sobre projetos relacionados à comunicação social.

Sancionada lei que dá isenção tributária à Academia Brasileira de Letras

A Academia Brasileira de Letras (ABL), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) terão isenção tributária. É o que estabelece a Lei 13.353/2016, sancionada pela Presidência da República e publicada na sexta-feira no

Diário Oficial da União.

O texto é proveniente do Projeto de Lei do Senado (PLS) 191/2006, do então senador José Sarney (PMDB-AP). O PLS foi aprovado no Senado em outubro de 2011 e na Câmara em outubro de 2016.

A lei isenta a ABL, a ABI e o

IHGB dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Imposto de Renda sobre aplicações financeiras; Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF); e sobre a

contribuição do PIS-Pasep.

Além dessas isenções, o texto também cancela todos os débitos fiscais daquelas instituições, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

A lei entrou em vigor no dia da publicação.

Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar

A eleição do mês passado, nos municípios, foi a 18ª da qual os iletrados puderam participar na República. Eles perderam o direito em 1881, no Império, e só o recuperaram em 1985

Ricardo Westin

APESAR DA incompatibilidade ideológica, João Goulart e Castello Branco concordavam em um ponto. Papéis históricos sob a guarda do Arquivo do Senado mostram que tanto o presidente de esquerda derrubado pelos militares quanto o marechal de direita alçado pelo golpe à Presidência tentaram dar aos analfabetos o direito de votar.

Eles não tiveram sucesso. Os iletrados só depositariam o voto na urna em novembro de 1985, na primeira eleição após a ditadura, para escolher prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e cidades em área de segurança nacional.

Nestas três décadas, entre as eleições municipais de 1985 e as do mês passado, o total de brasileiros incapazes de ler e escrever caiu de 19 milhões para 13 milhões — de 25% para 8% da população adulta.

Na mensagem presidencial enviada ao Congresso em

março de 1964, Jango escreveu: “Considerando-se que mais da metade da população é constituída de iletrados, pode-se avaliar o peso dessa injustiça. O quadro de eleitores já não representa a nação”.

Castello recorreu a outro argumento na proposta que apresentou aos congressistas em junho do mesmo ano: “Em nossos dias, pelas novas técnicas da comunicação e da convivência, o analfabeto já se informa, já tem consciência de colaborar na existência coletiva pelo seu trabalho e já pode participar da vida cívica”.

Não era contraditório que o primeiro presidente do regime militar defendesse o sufrágio universal. No início, os artífices do golpe não pretendiam eliminar a eleição direta nem implantar a ditadura. O plano era afastar o perigo comunista e devolver o poder aos civis em 1966.

O desejo de Jango não vingou porque ele foi destituído duas semanas após enviar a

mensagem. O Congresso rejeitou a proposta de Castello.

Os analfabetos votaram durante a maior parte da história do Brasil. Na Colônia, as Ordenações Filipinas diziam que, não sabendo os eleitores escrever, “ser-lhes-á dado um homem bom que com eles escreva” e “que não descubra o segredo da eleição”.

Elite sem escola

Após a Independência, continuaram votando. Isso não quer dizer que os pobres fossem aceitos na vida política do Império. O principal requisito para ser eleitor era dispor de uma renda líquida de pelo menos 100 mil réis por ano.

De qualquer forma, seria um absurdo estabelecer a alfabetização como exigência, porque até a elite seria impedida de ir às urnas. Mais de 90% dos brasileiros eram iletrados no início do Império.

A guilhotina caiu sobre os analfabetos em 1881, depois que a Câmara e o Senado aprovaram a Lei Saraiva, com a exigência do letramento.

— A ignorância, porque se generaliza, adquire o direito de governar? — argumentou o ministro da Justiça, Lafayette Rodrigues Pereira, em 1879. — Se há no Império oito décimos de analfabetos, direi que eles devem ser governados pelos dois décimos que sabem ler e escrever.

O projeto que deu origem à Lei Saraiva foi redigido pelo jovem advogado e deputado geral Ruy Barbosa (BA).

— Ruy dizia que escravos, mendigos e analfabetos não deveriam votar porque careciam de ilustração e patriotismo e não sabiam identificar o bem comum — diz Walter Costa Porto, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Entre 1881 e 1985, todas as tentativas de acabar com a exclusão dos iletrados naufragaram. A proposta feita por Castello Branco em 1964 era cautelosa. Para vencer a resistência, liberava o voto



...ras de Saturnino, mostraram contentes o dedo

Analfabetos votaram com emoção em seção eleitoral exclusiva

Em 201 cidades de todo o país, os analfabetos tiveram ontem seu primeiro contato com as urnas eleitorais. No Rio, disciplinados e pontuais, eles exerceram o direito de voto com emoção e

O *Jornal do Brasil* noticia a eleição de 1985, a 1ª com eleitores analfabetos

do analfabeto só nas eleições municipais. Não adiantou.

— Jamais se deve premiar o analfabeto — argumentou o senador Miguel Couto (PSD-RJ). — Antes de se consentir que o ignorante decida os destinos do Brasil, mesmo que restrito ao pleito municipal, com todas as forças deve-se obrigá-lo a ler e escrever, tirá-lo das trevas da ignorância.

Cédulas adaptadas

Os analfabetos só tornariam a votar graças a uma emenda à Constituição aprovada por deputados e senadores em maio de 1985. A histórica liberação figurou entre as primeiras medidas democratizantes tomadas pelo Congresso após a ditadura. Fazia três semanas que Tancredo Neves morrera.

Na votação, o deputado Ronan Tito (PMDB-MG) disse:

— Precisamos dar ao analfabeto escola, mas também força para que reivindique escola para si e para os seus. Como passará a ser cidadão pleno e ter direito? Quando tiver acesso ao voto. Aí passará a ter forças inclusive para reivindicar, exigir escola. Hoje é cidadão de segunda classe.

O deputado Gerson Peres (PDS-PA) lembrou que o Código Civil via o iletrado como totalmente capaz:

— O analfabeto é responsável pelo pátrio poder, presta serviço militar, fecha contrato de compra e venda, testamento antes de morrer. A legislação até lhe permite votar e ser votado no sindicato. Por que não pode votar nas eleições para o poder público?

Muitos parlamentares reclamaram que a emenda aprovada deu ao analfabeto só metade do direito. Ele votaria, de forma facultativa, mas não se candidataria. A Constituição de 1988 manteve os termos da decisão de 1985.

As cédulas foram adaptadas. Como os analfabetos têm mais familiaridade com números do que com letras, a votação passou a ser por meio de algarismos.

O cientista político José Carlos Brandi Aleixo, autor de *O Voto do Analfabeto*, cita uma razão para que os iletrados tenham demorado tanto para recuperar o voto e ainda não possam disputar eleições:

— Eles têm vergonha da sua condição, se escondem e, por isso, têm dificuldade para se unir e lutar por direitos. Aos olhos do país, são invisíveis.

Video sobre o voto do analfabeto: <http://bit.ly/votoAnalfabeto>

Todas as reportagens do Arquivo S: <http://bit.ly/arquivoS>

Prefeito que só sabe assinar o nome aplicou 37% do orçamento no ensino

Antônio Ramos da Silva, de 69 anos, foi prefeito, presidente da câmara municipal e acaba de se reeleger vereador de Quixaba, cidade do sertão pernambucano com 7 mil habitantes. Ele não esconde: é analfabeto.

— Quando eu era criança, meu pai precisava dos filhos trabalhando na roça e não me deixou estudar.

Pela lei, os analfabetos não podem se eleger. Silva pôde tornar-se político por saber copiar palavras e assinar o nome, o que bastou para a Justiça Eleitoral.

Ele sempre teve asses-

sores de confiança para ajudar na leitura dos documentos. Para Silva, os analfabetos deveriam ter o direito de ser votados:

— Tem muito doutor por aí que não tem nem a metade da minha honestidade.

Silva se elegeu prefeito em 1992. Até então, a cidade só tinha escolas caindo aos pedaços e professoras sem diploma. Tudo mudou. A educação chegou a receber 37% do orçamento municipal, acima do piso constitucional de 25%.

— Fiz tanto pela educação porque sempre senti na pele o quanto ela faz falta.

Catálogo

NÃO PERCA O VOTO DO SEU ELEITOR ANALFABETO

PATENTE Nº 5200353 - FABRICANTE EXCLUSIVO P/ TODO O BRASIL

(PRODUTOS CONVENCIONAIS)	(PRODUTOS ESPECIAIS)
001 Pezinho (Fabricado em plástico) Cores: Azul e Vermelho	003 Estrela Número Venda acima de 50 milheiros
002 Mãozinha Vem com o nome vazado Cores: Azul e Vermelho	004 Estrela Nome Venda acima de 100 milheiros
	007 Âncora Número ou Nome Venda acima de 100 milheiros
	008 Chave Sucesso Número Venda acima de 100 milheiros

Em 1994, empresa criou chaveiros vazados para que analfabetos pintassem nome e número na cédula eleitoral

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o *Jornal do Senado* e o *Arquivo do Senado*, é publicada na primeira segunda-feira do mês.